



## CAMPO ABERTO

Gisele Loeblein  
gisele.loeblein@zerohora.com.br  
zerohora.com/giseleloeblein  
3218-4709

# HORA DE VOTAR A TERCEIRIZAÇÃO

Salvo algum acordo de última hora para a retirada do quórum, o projeto de lei 125, que trata de mudança na lei da inspeção de indústrias sob fiscalização estadual, vai a votação hoje na Assembleia Legislativa. Em regime de urgência, está trancando a pauta. O trabalho de bastidores, tanto de quem é a favor quanto de quem é contra a ideia, foi intenso, mas o indicativo é de que o governo deverá conseguir replacar a proposta. O Piratini rechaça o termo terceirização, mas a mudança permitirá a contratação de profissionais da iniciativa privada para exercer a função que hoje é de agentes públicos.

Ontem, o líder do governo, deputado Gabriel Souza (PMDB), conversou com o Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado (Simvet-RS) e garantiu que as sugestões feitas pela entidade – de criação de corpo técnico independente e de que troca do veterinário seja feita somente pelo fiscal estadual – serão aceitas. A inclusão virá no decreto de regulamentação da lei, se aprovada.

– Vamos ser parceiros. De maneira geral, isso aumentará o número de profissionais em atividade e fora da clandestinidade. Mas há a preocupação com a qualidade do serviço prestado – diz Angelica Zollin, presidente do Simvet-RS.

Visão distinta tem a Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado (Afaagro), para quem as funções de inspeção e de fiscalização não podem ser separadas. A autonomia do profissional, pago pela iniciativa privada, também é questionada.

Outro ponto sensível é a situação de agroindústrias familiares, que seriam oneradas com a contratação do profissional privado – hoje, ficam isentas ou pagam taxas modestas para a inspeção estadual.

– Há tendência de exclusão desses empreendimentos. Há 50 unidades isentas da taxa de inspeção ou que pagam valores irrisórios – alerta Angela Antunes, presidente da Afaagro.

A entidade fez levantamento de que, no oeste catarinense – no Estado vizinho vigora modelo de inspeção semelhante ao proposto – 20 agroindústrias familiares fecharam após adoção do sistema.

O texto a ser apreciado deverá ter duas modificações, segundo o líder do governo. Uma para que os municípios em que há cedência de médicos veterinários fiquem com a taxa a ser paga ao Estado e outra para que as agroindústrias familiares possam optar pela manutenção do sistema atual (com inspeção feita por agentes públicos). O objetivo seria justamente evitar custo extra.

## NO RADAR

**O impacto da importação de lácteos nos preços do produto brasileiro será debatido hoje, em audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. O diretor-executivo do Sindilat-RS, Darlan Palharini, representará o segmento. De janeiro a julho, foram adquiridos 114,56 milhões de quilos, redução de 10% em relação a igual período do ano passado.**



## DIQUE IMPOSSÍVEL

A imagem acima, feita em 2015, dá ideia da dimensão das cheias no entorno do Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio. A BR-448 é o único ponto visível do local. A preocupação com as inundações é base de ação civil movida pelo Ministério Público que, no momento, tem liminar favorável, determinando suspensão de qualquer obra no local, como publicado ontem pela coluna (veja abaixo). Embora a ação refira-se ao Residencial Ecoville, ao lado da área da Expointer, tem impacto direto sobre o projeto de modernização do parque, anunciado em 2012.

Pelo contrato firmado com o governo do Estado, em 2015, a Bolognesi ficaria responsável pelo dique de contenção

do Arroio Esteio, no parque. E construiria empreendimento, que inclui área comercial, em 23,7 hectares.

Do ponto de vista técnico, no entanto, nem mesmo o dique poderia ser construído. Esse é o argumento do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.

– Alagaria o entorno. Debatermos no âmbito técnico – diz Viviane Nabinger, secretária-executiva do comitê.

Estudo feito por John Farias Wurdig, coordenador da engenharia ambiental da Uniritter, mostra o impacto econômico das cheias – em seis cidades, de Canoas a Novo Hamburgo. De 2006 a 2015, foram R\$ 175,01 milhões. Além disso, 839,84 mil pessoas foram atingidas.

**ESTÃO ABERTAS ATÉ DOMINGO AS INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO DE 300 VETERINÁRIOS TEMPORÁRIOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. A PROVA SERÁ EM 17 DE SETEMBRO. OS PROFISSIONAIS ATUARÃO NA INSPEÇÃO.**

## ORGULHO NA LATA

O homem do campo, a cultura e a produção agropecuária dos gaúchos estampam edição comemorativa à Semana Farroupilha da cerveja Schin que começa a chegar aos supermercados do Estado. São, no total, 10 imagens, feitas pelo fotógrafo Eduardo Rocha.

– Me pediram (a fabricante da cerveja) imagens que retratassem a nossa tradição em fotos. Foi um resumo da nossa cultura – explica Rocha.

Um dos locais fotografados é a Cabanha do Barulho, de Barra do Quaraí. Há ainda duas imagens internacionais: uma feita na Mongólia, durante passagem dos Cavaleiros da Paz, e outra na África do Sul.

– É um orgulho poder mostrar o verdadeiro gaúcho – afirma Chico Bastos, proprietário da cabanha, que está em ritmo de preparação para a Expointer, quando participa da prova de morfologia do cavalo crioulo, com sete animais.



## US\$ 1 bi

foi a receita das exportações gaúchas do agronegócio no mês de julho, queda de 20,1% em valor e de 23,2% em volume, aponta a FEE.

## DETALHES ANTES DA OBRA

O que o Ministério Público pretende com a ação movida contra Bolognesi e Fepam é que sejam feitos mais estudos antes da liberação das obras. O processo foi aberto a partir de levantamento feito pela UFRGS da planície de inundação do Rio dos Sinos (onde está a área do parque Assis Brasil). O local é tido como de grande risco, por conta das cheias.

Foi solicitado, então, à Metroplan realizar levantamento mais detalhado. Segundo Felipe Teixeira Neto, promotor regional ambiental da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, os dados, com informações dos últimos cem anos, responderão a duas perguntas: qual a taxa de recorrência da inundação e o quanto alaga (25 centímetros ou cinco metros?).

– Na dúvida, melhor suspender, até que se tenham mais estudos. A partir daí, se saberá se o empreendimento é viável – diz.

Na semana passada, houve reunião com a Metroplan. A próxima está marcada para 19 de setembro. Amanhã também será realizada nova audiência da ação movida pelo MP. O promotor afirma que o objetivo da liminar é dar tempo para os levantamentos adequados serem feitos.